

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i> <i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> <i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i> <i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)

Helber Renato Feydit de Medeiros

Doutor em saúde coletiva pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maurício Barreto Alvarez Parada

Doutor em história e professor titular do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RESUMO: A presente comunicação tem por finalidade analisar as políticas públicas de assistência à maternidade e à infância através da profilaxia de doenças - puericultura - no governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Nesse sentido, será dada ênfase a duas instituições públicas: o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil e o Departamento Nacional da Criança. O primeiro pela formação de especialistas do campo da puericultura; e o segundo pela expansão da puericultura pelo interior do país. A expansão da puericultura no seio da sociedade tinha a finalidade de combater o alto índice de mortalidade infantil através da prevenção de doenças altamente nocivas para a saúde de crianças e gestantes. No entanto, apesar da intensa centralização administrativa apresentada no período, as políticas públicas de assistência à maternidade e à infância tiveram que conciliar com os interesses locais.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; puericultura; assistência.

ABSTRACT: This communication is to analyze the public policies of assistance for mothers and children through the prevention of diseases - child care - the government of Getulio Vargas, between 1930 and 1945. Accordingly, emphasis will be given to the two public institutions: the Office of Child Care at the University of Brazil and the National Department of Child. The first by training specialists in the field of childcare and the second by the expansion of childcare throughout the countryside. The expansion of childcare within the company's aim was to combat the high rate of infant mortality through prevention of diseases highly harmful to the health of children and pregnant women. However, despite intensive administrative centralization in the period presented, the public policies of assistance for mothers and children had to reconcile with local interests.

KEYWORDS: public policy, child care, assistance.

O presente trabalho tem por finalidade, analisar o papel do Estado na assistência à maternidade, à infância e à adolescência no período compreendido em ter 1930 e

1945, período esse caracterizado por uma maior centralização política e por maior participação estatal nas políticas públicas. Em relação a assistência à saúde materno-infantil no período, as instituições de saúde do Estado davam ênfase à profilaxia de doenças, também conhecida como puericultura, como forma de diminuir o alto índice de mortalidade infantil no país. Entretanto, para uma maior compreensão das atitudes tomadas pelo Estado no período delimitado, será descrita a evolução da assistência à maternidade e à infância no período compreendido entre 1890 e 1930.

O termo puericultura (criação – cultura; da criança – puer), foi utilizado pela primeira vez pelo suíço Jacques Ballexserd em 1762 (BONILHA, 2004: 47 e 83). Já para Adolphe Pinard, professor de obstetrícia clínica da École de Medicine de Paris, puericultura é a ciência que tem por objeto, o estudo e a investigação das causas relativas à conservação e ao melhoramento da raça humana (STEPAN, 2005: 85-86). Na verdade, a puericultura se destaca da pediatria porque é prevenção a doenças, um conjunto de ensinamentos e práticas médico-sociais, principalmente no ambiente familiar, que visam assegurar o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral da criança. Pediatria é medicina de crianças, ou seja, é o cuidado pós-doença.

A história da puericultura no Brasil tem início com Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944). Filho de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, primeiro especialista em medicina pediátrica no país, seguiu os passos do pai. Realizou grande campanha em defesa da criança e da raça e fundou em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição que se tornou modelo na assistência à maternidade e à infância no país na época. Em março de 1919, criou o Departamento da Criança no Brasil com a intenção de promover estudos científicos sobre a maternidade e a infância. Organizou em 1922 o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância conjuntamente com o Terceiro Congresso Americano da Criança. Este contou com sessões de medicina, higiene, assistência, pedagogia, sociologia e legislação e entre as decisões mais importantes do evento estava a supressão das “rodas de expostos”; a obrigatoriedade do ensino de higiene e de puericultura nas escolas; e o estabelecimento da festa da criança no dia 12 de outubro, por ser o dia do descobrimento da América, data que passou a ser a data comum em todo o Continente Americano.

Criou ainda o Museu da Infância, que foi incorporada ao programa do Departamento. Sua organização interna possuía objetivos eminentemente pedagógicos, com sessões dedicadas a apresentar os efeitos nocivos do alcoolismo, da tuberculose, da sífilis, do abandono material e moral das crianças e as soluções para tais problemas. Este contava com doze filiais espalhadas pelo país, sendo que em 1927, aumentou para vinte e duas filiais.

O modelo liberal de Estado sempre negava a questão social como problema econômico-social e a reputava como problema de higiene e de moral. Dessa forma, foi tratada como problema de instrução e saúde pública sob encargo, até 1930, do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Contudo, as pressões provenientes

da classe trabalhadora, desde o final da década de 1910, forçavam atitudes do Estado para conter a crise que se avolumava. A partir de 1919, ainda no governo de Epitácio Pessoa, tem início a “Reforma Carlos Chagas”, em que uma das medidas foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão que contribuiu para expandir e centralizar as ações de saúde pública, porém, com elevado grau de autoritarismo. Junto com o Departamento Municipal de Assistência Pública (DMAP), o DNSP passou a ter atribuições voltadas para a proteção materno-infantil. Organizou-se, dentro do DNSP em 1923, uma Inspetoria de Higiene Infantil, funcionou de forma precária, e foi comandada por Antônio Fernandes Figueira, especialista da área materno-infantil e fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria em 1910.

A influência de Fernandes Figueira foi importante para a criação, em 07 de janeiro de 1924, do Hospital Artur Bernardes, que foi instalado em um prédio anexo ao antigo Hotel Sete de Setembro, na cidade do Rio de Janeiro. Ficou vinculado à Inspetoria de Higiene Infantil, inclusive fisicamente, já que as instalações da Inspetoria eram contíguas. Em 1927 a instituição mudou a denominação para Abrigo-Hospital Artur Bernardes. Tal alteração tinha como finalidade, tornar público aos usuários a obrigatoriedade de internação das mães junto a seus filhos, quando fosse necessário. Essa união mãe e filho durante a internação, tinha como objetivo, evitar a depressão entre as crianças, auxiliando na velocidade e na eficiência do tratamento.

Com a Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), como forma de o Estado dar maior atenção aos problemas atinentes à pasta e, como isso, conter o crescimento da questão social. Em relação a assistência infantil, a novidade foi a criação, através do decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que incorporou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e, conseqüentemente, a Inspetoria de Higiene Infantil, subordinada àquele Departamento, e chefiada agora por Olympio Olinto de Oliveira.

Havia muita preocupação com a mortalidade infantil, responsável por cifras desoladoras em todo o país e em setembro de 1933, foi realizada a Conferência Nacional de Proteção à Infância, reunida na cidade do Rio de Janeiro, dois meses antes do início dos trabalhos da Constituinte, que teve como foco central, o arranjo entre a atuação federal, a estadual e a dos grupos privados na montagem de um programa de proteção materno-infantil. Dessa Conferência, nasceu a ideia de se criar um órgão federal que gerenciasses essas atuações, porém, não houve consenso quanto ao seu papel. Esse órgão foi criado em 22 de maio de 1934 pelo decreto nº 24.278 e recebeu a denominação de Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI). Logo em seguida, em 26 de julho do mesmo ano, o político mineiro Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública.

A criação da nova Diretoria ficou ao comando de Olympio Olinto de Oliveira e todo o corpo burocrático da antiga Inspetoria de Higiene Infantil, foi transferido para o novo órgão, acarretando sua extinção. A Diretoria ficou então encarregada de

montar um programa de proteção materno-infantil de alcance nacional e colocá-lo em funcionamento o mais rápido possível, a fim de legitimar suas ações, porém, o novo órgão tinha que lutar por recursos financeiros junto à Constituinte. Esses recursos até que foram aprovados no artigo nº 141, que reservava 1% das rendas tributárias da União para o amparo à maternidade e à infância, porém, seu repasse nunca foi realizado de forma constante.

Outra linha traçada pela burocracia médica foi a necessidade de atuação em dois campos específicos: os municípios, que deveriam ser atingidos pela concessão de auxílios; e o Distrito Federal, onde a burocracia central deveria controlar todos os serviços, já que daí sairiam os modelos a serem espalhados pelo resto do país. Para isso, dois institutos seriam planejados: um que fosse dedicado à pesquisa e outro que fosse dedicado à assistência. A direção do centro de pesquisas seria confiada a Joaquim Martagão Gesteira, importante autoridade científica na área materno-infantil no estado da Bahia. Pelo decreto nº 572 A foi criado o Instituto Nacional de Puericultura, subordinado ao DNSP e não à DPMI.

Em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº 378, o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a se chamar somente Ministério da Educação e Saúde (MES). Foi criada então, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI) e extinta a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI), porém, a nova divisão continuou sob os cuidados de Olympio Olinto de Oliveira. No mesmo ano, os serviços do Instituto funcionavam nas instalações do Laboratório e do Consultório de Higiene Infantil da Gamboa, que haviam sido postos à disposição pelo Serviço de Puericultura do Distrito Federal, porém, no mês de outubro, foi lançada a pedra fundamental na Praia Vermelha, em solenidade com a presença de Getúlio Vargas. Entretanto, Capanema tinha a intenção de levar o Instituto para a Ilha do Fundão, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde estava sendo construída a Cidade Universitária. Pelo decreto nº 98, de 23 de dezembro de 1937, o Instituto Nacional de Puericultura foi incorporado à Universidade do Brasil, perdeu o adjetivo “nacional”, foi transferido do Departamento de Saúde para o Departamento de Educação e, por ter como finalidade incentivar as pesquisas em torno do problema da saúde da criança e a organização do ensino de puericultura em nível superior, foi criada a cátedra de puericultura e clínica da primeira infância na Faculdade de Medicina.

O INSTITUTO DE PUERICULTURA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (IPUB)

O Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil (IPUB) se tornou responsável pelas políticas públicas de amparo materno-infantil na Capital Federal e tinha, por finalidade, servir de modelo para a expansão do sistema de assistência materno-infantil pelo país. Segundo Joaquim Martagão Gesteira, catedrático da cadeira de puericultura e diretor do IPUB, sua finalidade essencial seria promover investigações sobre o problema de saúde da criança, bem como organizar o ensino de puericultura

a ser ministrado pela Faculdade Nacional de Medicina (GESTEIRA, 1938: 9-10).

A Seção de Serviços de Assistência compreendia três agrupamentos de obras de assistência à maternidade e à infância: Eugenética e Puericultura Pré-Natal; Puericultura Pós-Natal e; Pediatria e Patologia. Vinculado à Universidade do Brasil, o Instituto era dirigido pelo Catedrático de Puericultura e Clínica da 1ª Infância, cuja função era ligada à Secretaria e Expediente, de um lado, e, indiretamente, ao Laboratório de Biologia Infantil, do outro. Esse último era ligado diretamente ao Juízo de Menores e, indiretamente, ao Centro de Eufrenia¹. Abaixo da Direção do Instituto de Puericultura estava o Assistente Técnico. Este era ligado à Secretaria e Expediente e tinha por subordinação, as três seções com suas respectivas subseções encarregadas de cumprir as finalidades da instituição eram:

- a) Seção de Estudos e Investigações, que era dividida em Estudos e Inquéritos; Investigações e Pesquisas; Biblioteca e; Serviço Social.
- b) Seção de Ensino e Propaganda, que era dividida em Cadeira de Puericultura e Clínica da 1ª Infância; Cursos de Aperfeiçoamento; Cursos Populares de Puericultura; Cinema Educativo; Museu de Higiene Infantil e; Revistas do Instituto.
- c) Seção de Serviços de Assistência – que era dividida em:
 - 1) Eugenética e Puericultura Pré-Natal – subdividida em Consultório Pré-Nupcial; Consultório Pré-Natal; Maternidade e Refúgio de Gestantes.
 - 2) Puericultura Pós-Natal – subdividida em Consultório de Higiene Infantil; Cozinha Dietética; Lactário; Cantina Maternal; Creche; Pupileira; Abrigo Maternal e; Centro de Eufrenia.
 - 3) Pediatria e Patologia Infantil – subdividida em Ambulatório de Clínica Médica Infantil; Ambulatório de Cirurgia Infantil e Ortopedia; Ambulatórios Especializados - Oftalmologia, Otorrinolaringologia, etc -; Gabinete de Odontologia; Raio X; Laboratórios; Fisioterapia e; Hospital Infantil.

Todas essas subseções, geralmente, possuíam ligações indiretas entre si e com subseções da Seção de Ensino e Propaganda, responsável pela publicização do trabalho do Instituto. Exceção a Biblioteca, sem ligação indireta alguma com as demais subseções e ligada diretamente com a Seção de Estudos e Investigação. As subseções de Estudos e Inquéritos e de Investigações e Pesquisas, ligavam-se indiretamente à subseção de Revistas do Instituto. As demais possuíam ligações indiretas com as subseções de Cinema Educativo e de Museu de Higiene Infantil.

O Instituto acabou se tornando a principal instituição de amparo à maternidade e à infância na Capital Federal, porém, a sua criação, causou um conflito entre Gesteira e Olympio Olinto de Oliveira, chefe da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI), que reclamava do esvaziamento da Divisão com a subordinação do

¹ A eufrenia era a variante eugenista de higiene mental. O termo significa “aprimoramento eugênico da mente”.

IPUB ao Departamento de Educação. Joaquim Martagão Gesteira, diretor do IPUB, preocupado com a possível extinção do Instituto, tentou cooptar o Ministro Capanema para a defesa da manutenção da instituição, porém, as relações entre ambos não eram das melhores desde os problemas causados pelo próprio Gesteira em relação a transferência do Instituto, da Praia Vermelha para a Ilha do Fundão. Na queda de braço entre os dois especialistas, Olinto de Oliveira saiu vencedor.

Com o Decreto-Lei nº 3.775 de 30/10/1941, o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil foi extinto e recriado com a antiga denominação de Instituto Nacional de Puericultura (INP), passando a ser órgão subordinado ao Departamento Nacional da Criança, instituição dirigida por Olinto de Oliveira após a extinção da DAMI. O INP foi esvaziado e apenas ficou incumbido de fornecer subsídios ao ensino de puericultura e clínica de primeira infância da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, ou seja, se tornou o centro de estudos e pesquisas do DNCr.

O DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA (DNCr)

Criado através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, nasceu da extinção da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI). Este Departamento passava a ser, pelo art. 5º, “o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência”. O objetivo do DNCr era padronizar, nos diversos municípios brasileiros, a organização dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Tal padronização variaria de acordo com as condições peculiares de cada localidade, da situação, da população e sua densidade, dos recursos econômicos, das organizações já existentes, oficiais ou particulares, que seriam aproveitadas em seu conjunto.

Para tal finalidade, o DNCr iria auxiliar pecuniariamente, as instituições locais responsáveis pelo amparo à maternidade e à infância, porém, enviaria um técnico para estudar o local, organizar o projeto e contribuir para a execução com todos os meios ao seu alcance. Nessas 8 localidades, deveriam haver Juntas Municipais de Proteção à Infância compostas por vigilantes - senhoras da localidade -, que seriam remuneradas e incumbidas de levantar os casos de crianças ou mães desamparadas. Essas Juntas seriam responsáveis por organizar postos ou centros de puericultura, que seriam compostos da seguinte forma:

- a) Serviço de Higiene Pré-Natal, com assistência domiciliar ao parto;
- b) Serviço de Higiene Infantil e;
- c) Lactário, dividido em sala de esterilização, de preparo e de distribuição, tendo ainda em anexo, a Cantina Maternal.

No conjunto, o plano visava proteger a infância, desde a concepção até a adolescência, em saúde e na formação moral e social, deixando apenas a educação ao departamento pertinente. Em linhas gerais, o plano compreendia:

- a) a criação de um órgão supremo de direção geral – a Junta Municipal de Proteção à Infância ou, simplesmente, Junta da Infância;
- b) serviços de amparo à maternidade;
 - 1) higiene pré-natal;
 - 2) maternidade;
 - 3) assistência obstétrica domiciliar;
 - 4) assistência alimentar às mães.
- c) serviços de assistência à infância sadia e à débil, em diferentes idades;
- d) serviços de assistência à infância doente ou empecada;
- e) proteção aos órfãos e às crianças abandonadas, mal cuidadas, desvalidas e transviadas.

A Junta da Infância, segundo o art. 13 do Decreto nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940 seria o órgão incumbido de velar pelos interesses das crianças e das mães de cada circunscrição municipal, promovendo e executando as medidas necessárias para protegê-las, estimulando a criação, o desenvolvimento e a coordenação das atividades de associações beneficentes. A Junta deveria atuar como um conselho municipal especializado em auxílio ao prefeito e, em certos casos, ao juiz de menores. Auxiliaria também as repartições estaduais nas mesmas finalidades, quando necessário. Teria a incumbência de estudar os planos e orçamentos municipais destinados ao amparo à maternidade, à infância e à adolescência, apresentando projetos ao prefeito, porém, não poderia deixar de intervir para socorrer os casos de crianças e mães necessitadas.

Apesar do desejo de centralizar administrativamente o amparo à maternidade e à infância nas diversas localidades, inclusive com a padronização dos serviços, a burocracia do Departamento teve que apelar para a cooperação dos prefeitos municipais, das senhoras das sociedades locais e da Igreja para penetrar os programas do Departamento pelo interior do país. Até porque o repasse de recursos da União para tal finalidade, sempre foi instável. Contudo, a atuação do Departamento Nacional da Criança, correspondeu ao desejo antigo de eugenistas e puericultores, a penetração de medidas sanitárias e das boas práticas de higiene no interior. Combinadas com a alfabetização, além de uma boa alimentação, segundo Aleixo de Vasconcellos, essas atividades seriam fundamentais para regenerar àquela população. Como o próprio Monteiro Lobato desejava, a regeneração do Jeca Tatu.

REFERÊNCIAS

Boletim do instituto de puericultura, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Boletim do instituto de puericultura, ano 1, nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Boletim do instituto de puericultura, ano 2, nº 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

Boletim do instituto de puericultura, ano 2, nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

Boletim do instituto de puericultura, ano 3, nº 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

Boletim do instituto de puericultura, ano 3, nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

BONILHA, Luis Roberto de Castro Martins. Puericultura: olhares e discursos no tempo. Campinas: UNICAMP, 2004.

DE SETA, Marismary Horsth. Instituto Fernandes Figueira: delineamento de 50 anos de história. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1997.

FIGUEIREDO, Gastão de. Posto de puericultura. In.: Boletim trimensal do departamento nacional da criança nº 2. Rio de Janeiro: DNCr, 1940.

Funcionamento dos postos de puericultura. In.: Boletim do departamento nacional da criança nº 1. Rio de Janeiro: DNCr, 1940.

GESTEIRA, J. Martagão. Cadeira de puericultura e clínica da primeira infância da Universidade do Brasil - aula inaugural. In.: Boletim do instituto de puericultura, ano 1, nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

_____. Instituto de puericultura. In.: Boletim do instituto de puericultura ano 1, nº I de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MONCORVO FILHO, Carlos A. Algumas considerações sobre o problema da infancia. Publicação do Departamento da Criança do Brasil nº 70. Rio de Janeiro, 1930. OLIVEIRA, Olympio O. de. A alimentação da criança no Brasil. In.: Boletim trimensal do departamento nacional da criança nº 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. _____. Aos srs vigários brasileiros. In.: Boletim do departamento nacional da criança nº 3. Rio de Janeiro: DNCr, 1940.

_____. Discurso inaugural na sessão de abertura da semana da criança no palácio tiradentes. In.: Boletim trimensal do departamento nacional da criança nº 11. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

_____. O boletim do departamento nacional da criança. In.: Boletim do departamento nacional da criança nº 1. Rio de Janeiro: DNCr, 1940.

_____. O médico e a criança. In.: Boletim do departamento nacional da criança nº 4. Rio de Janeiro: DNCr, 1941.

_____. Senhoras professoras das escolas primárias de todo o Brasil. In.: Boletim do departamento nacional da criança nº 2. Rio de Janeiro: DNCr, 1940.

_____. A difusão da puericultura pelos sacerdotes. In.: Boletim trimensal do Departamento Nacional da Criança nº 9. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. _____. Alocução para a sessão de encerramento da semana da criança. In.: Boletim trimensal do departamento nacional da criança nº 11. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

PEREIRA, André R. V. V. Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o departamento nacional da criança no estado novo. Niterói : ICHF/UFF, 1992.

_____. A criança no estado novo: uma leitura de longa duração. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1999. PEREIRA, J. Sales História da pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX. Belo Horizonte : FFCH/UFMG, 2006. STANCIK, Marco Antonio. Eugenia no Brasil nos

tempos da primeira república (1889-1930): a perspectiva de Aleixo de Vasconcellos. Espaço Plural – Ano VI – Nº 14. _____. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na primeira república. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (1) 45-62, jun. 2005.

STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

